

ALPIZAR CASTILLO, Rodolfo (1997): *¿Cómo hacer un diccionario científico técnico?* Buenos Aires, Editorial Memphis, 187 pp.

O principal objectivo de *¿Cómo hacer un diccionario científico técnico?* é, segundo o autor, “servir de herramienta segura y de fácil acceso a todo aquel que se plantea con seriedad la tarea de elaborar una obra de recopilación del léxico científico y técnico” (p. 10). Para realizar a sua obra, o autor baseia-se na análise da experiencia em lexicografia em geral e em terminografía em particular, bem como na sua própria experiencia profissional e nas modernas tendencias da lexicologia e da terminologia (cfr. p. 16). O autor chama a atención para as dificultades experimentadas pelo facto de se encontrar num país, Cuba, que padece das dificultades conhecidas, advertindo o leitor na *Introducción*, para o facto de não pretender apresentar “*la última palabra* en el tema”, mas sim contribuir com um guia de trabalho para terminólogos e para todos aqueles que possam interessar-se pela realização de dicionários científicos e técnicos, tendo ou não formação linguística prévia (cfr. p. 16).

Porém, embora a obra apresente um cunho marcadamente práctico, o que logo fica claro pelo seu título, e pretenda acima de tudo fixar-se nos aspectos metodológicos do trabalho terminológico e terminográfico, ela apresenta uma sólida fundamentação teórica que, para além de ser retomada ao longo do trabalho, é apresentada pelo autor logo no *Prefacio*. Os principais fundamentos teóricos da obra poderão resumir-se nos seguintes pontos:

- a língua é uma só, pelo que as linguagens de especialidade, ou tecnolectos, mais não são do que especializações da língua geral, fazendo parte integrante dela;

- o termo é um signo linguístico como qualquer outro, pelo que as diferenças entre termos e não-termos são de tipo pragmático e não de qualquer outra natureza (cfr. p. 8);

- a língua é entendida como factor de identidade nacional e a luta pela sua defesa e adaptação à evolução da sociedade não é de índole meramente literária, mas política, económica e social (cfr. pp. 8-10).

O autor chama a atención para o risco que correm línguas como o espanhol e o português, de serem relegadas para o estatuto de línguas de segunda categoria, no mundo de hoje, caso não sejam providas da terminologia indispensável à comunicação científica e tecnológica a nível internacional.

Esta obra não constitui, pois, um simples roteiro de prática terminográfica (entendida como descrição das unidades terminológicas), mas como um manual teórico-prático capaz de figurar em bibliografias básicas de terminologia, a par de outras obras fundamentais como *La terminología. La teoría, los métodos, las aplicaciones*, de Maria Teresa Cabré (Barcelona, Editorial Empúries, 1992), de resto sobejamente referida ao longo do trabalho.

Para atingir os objectivos enunciados, o autor apresenta-nos uma obra dividida em 11 capítulos, aos quais acresce um *Prefacio*, uma *Introducción*, e os *Elementos organizativos* (0.), para além dos *Anexos* (12.), das *Notas* (13.), da *Bibliografía* (14.) e de uma *Análisis de la estructura de algunos diccionarios técnicos* (15.).

No primeiro capítulo (1. *Condiciones del equipo terminográfico*), são apresentados os passos prévios à realização do trabalho terminográfico, como sejam o conhecimento da área a trabalhar, com o estabelecimento da respectiva árvore conceptual (1.1.), a constituição e as dimensões da equipa de trabalho (1.2.), o perfil e o papel a desempenhar pelos colaboradores (1.3.), a comissão redactorial (1.4.), os aspectos informáticos da realização do trabalho (1.5.) e o calendário das actividades (1.6). Fica muito clara, logo neste capítulo inicial, a defesa da intervenção do linguista na realização de qualquer projecto terminográfico.

Com o capítulo 2. (*Estructura de la obra terminográfica*), entra-se definitivamente no domínio da obra terminográfica propriamente dita, começando o autor a introduzir a teoria terminológica que subjaz ao seu trabalho e que havia sido referida no *Prefacio*. O autor define macro-estrutura (2.1.) e micro-estrutura (2.2.) de um dicionário terminológico, dando maior destaque a dois aspectos desta última, que, implicitamente, são tidos como garantes de qualidade do produto final: o índice de confiabilidade (2.2.1.) e a introdução de informação relativa a termos relacionados com aquele que se está a definir (2.2.2.). O índice de confiabilidade consiste, segundo Alpízar Castillo, numa indicação convencional que o autor deverá atribuir aos termos descritos, de modo a marcar o estatuto do termo em causa: termo normalizado, sinónimo de um termo consagrado, neologismo proposto, etc. Este índice funciona, na sua perspectiva, como um meio de conciliar duas perspectivas lexicográficas aparentemente inconciliáveis: a descritiva e a prescriptiva. Quanto à informação relativa aos termos relacionados, ela funciona como um meio de superar as deficiências que a ordenação alfabética dos termos ocasiona no que respeita à localização da informação dentro do dicionário.

A *Definición de las etapas de trabajo*, abordada no capítulo 3., é um dos aspectos que, no seu entender, devem merecer maior atenção. Consideram-se a conceptualização do dicionário (3.1.1.), na qual devem ser determinados os objectivos, o alcance e as características da obra em preparação; o inventário dos recursos terminográficos e a preparação da documentação (3.1.2.), a preparação da equipa (3.1.3.); a elaboração propriamente dita (3.1.4.), incluindo a compilação dos termos e a elaboração das definições; a revisão e apresentação para publicação (3.1.5.). Em 3.1.4., o autor aborda as questões da gíria (*jerga* no original), do registo de outras unidades, como fraseologias próprias de determinada especialidade (geralmente não incluídas em dicionários científico-técnicos), e, ainda, do papel e dos tipos de contextos a incluir no dicionário. Alpízar Castillo perfilha uma visão fundamentalmente descritiva da terminologia, defendendo o tratamento da variação (e apontando formas de o fazer), aproximando-se, portanto, de uma perspectiva socioterminológica.

O capítulo 4., consagrado à *Introducción de la información en fichas. Instrucciones para la labor práctica*, descreve as funções, os tipos e a estrutura das fichas a utilizar na elaboração do dicionário. O autor aborda a questão tendo sobretudo em conta as fichas convencionais, em suporte de papel, o que não é de estranhar dadas as condições de trabalho no seu país de origem. Este facto, porém, não retira validade nem actualidade à obra, dado que todas as considerações feitas são aplicáveis à situação de trabalho em base de dados informatizada. Neste capítulo são abordados aspectos práticos extraordinariamente importantes para a economia e a coerência do trabalho a realizar e que, normalmente, não são referidos em outras obras da área. Ele constitui-se, então, como um capítulo fundamental para quem se propuser aplicar o livro à efectiva elaboração de um dicionário.

O capítulo 5. (*Características que ha de reunir la definición. Elementos prácticos*) constitui um dos mais interessantes desta obra. Nele, o autor vai partir de exemplos concretos, isto é, de definições recolhidas em dicionários, para, criticando-os, apresentar as características que, na sua opinião, deve ter uma boa definição terminográfica. Trata-se de um texto claro, com uma evidente vocação pedagógica, que poderá constituir um útil instrumento na formação de terminólogos.

Ao abordar a questão da *Delimitación de las unidades terminológicas*, no capítulo 6., o autor vai referir-se a três aspectos fundamentais: a diferença entre termos e não-termos (passando pelas unidades da língua

corrente “terminologizadas” e pelas unidades “determinologizadas”), a delimitação das fronteiras dos termos complexos (constituídos por mais do que uma palavra gráfica) e a distinção entre termo e unidade de nomenclatura. Porque a delimitação destas unidades tem a ver directamente com a própria definição de “termo” tal como este conceito é entendido pelo autor, esta surge precisamente neste capítulo: “palavra, ou expressão equivalente, usada dentro de determinado tecnolecto para a expressão de um dos elementos do sistema conceptual correspondente, à qual aqueles que a utilizam reconhecem um alto grau de univocidade” [tradução de MC] – cfr. p. 93.

*El problema de las equivalencias*, objecto do capítulo 7., torna-se pretexto para a explanação daquilo que o autor considera o verdadeiro trabalho terminológico bilingue (ou multilingue). Efectivamente, após referir os problemas das (não-)equivalências interlinguísticas, nele se questiona a validade dos actuais trabalhos bilingues, defendendo-se que, mais do que atribuir equivalentes a termos delimitados numa determinada língua, o trabalho em terminografia bilingue implica um trabalho de rastreio na segunda língua, de modo a ser possível determinar o verdadeiro grau de equivalência entre os termos das duas línguas em questão.

No capítulo 8., *Neologismos y extranjerismos en la obra terminográfica*, o autor assume uma postura bastante pragmática, retomando e desenvolvendo os princípios ideológicos que norteiam o seu trabalho, nomeadamente a defesa e a modernização da língua. No que respeita aos neologismos, após expor sumariamente os processos de formação disponíveis em espanhol para a sua criação, o autor defende que eles devam ser criados pelo terminólogo, de acordo com as regras disponíveis no sistema linguístico, mas apenas quando se tenha a certeza de que não existe uma palavra na língua capaz de denominar o conceito em causa; no entanto, adverte para a necessidade de os registar enquanto neologismos, menção que poderá ser feita, por exemplo, com base no índice de confiabilidade estabelecido. O problema dos estrangeirismos merece-lhe também grande atenção: após questionar o papel do estrangeirismo enquanto factor de empobrecimento ou de enriquecimento da língua, Alpízar Castillo vai defender que o dicionário monolingue não deverá registar nenhum estrangeirismo que não seja estritamente indispensável e que não esteja suficientemente documentado, para além de que defende a marcação enquanto estrangeirismo.

Ao tratar da sinonímia, da polissemia e da homonímia, no capítulo 9. (*Tratamiento de la sinonimia, la polisemia y la homonimia*), o autor

vai assumir uma posição particular. Em relação à sinonímia, afirma que ela prejudica a comunicação científica, mas que, sendo um facto nas linguagens da especialidade, dela se terá que dar conta numa obra terminográfica. No que respeita à polissemia e à homonímia, o autor, na linha do que são as mais actuais correntes da teoria terminológica, vai mais longe, questionando a defesa intransigente da homonímia terminológica (própria das escolas terminológicas tradicionais), afirmando a realidade da polissemia (o caso do próprio termo “terminologia” é referido) e propondo formas de representação terminográfica da mesma.

O capítulo 10. (*Automatización de la obra terminográfica*), porventura o menos conseguido desta obra, tem a particularidade de fornecer uma lista de todas as funções que se deverão exigir do *software* utilizado na elaboração do dicionário.

A obra encerra com um capítulo consagrado à *Investigación terminológica puntual*, o capítulo 11., cujo conteúdo ultrapassa os limites que lhe são impostos pelo título e que se constitui como um verdadeiro guia capaz de orientar todo o trabalho não só do terminógrafo, como do próprio terminólogo. Nele são sistematicamente abordados os modos de actuação possíveis destes profissionais perante situações concretas de dificuldades terminológicas.

Os anexos propriamente ditos são três, apresentado modelos de fichas de trabalho, exemplos de estruturação de árvores conceptuais e, finalmente, alguns exemplos de possíveis entradas de dicionário. Em 15., já depois das notas e da bibliografia, o autor apresenta uma análise da estrutura de alguns dicionários técnicos que se poderá considerar também um anexo à obra. Tratando-se de um elemento valioso, não se entende, portanto, a sua localização em relação à estrutura da mesma.

Embora o autor não o assuma explicitamente em nenhum ponto da obra, para ele, o terminólogo é uma peça fundamental daquilo que poderá constituir uma política de planificação linguística, isto é, uma acção concertada no sentido de defender e enriquecer uma língua, dotando-a dos meios indispensáveis ao seu uso na comunicação científica e técnica de alto nível. Pressupõe-se que o autor defende a assunção de uma política com estas características em relação a línguas em risco, como o são, segundo ele, o espanhol e o português em relação ao inglês.

Com esta referência constante ao português numa obra de um autor cubano e que diz respeito fundamentalmente ao espanhol, Alpízar Castillo assume uma visão mais global, ibero-americana, das questões de política linguística.

Ao longo dos seus vários capítulos, este trabalho vai abordando praticamente todos os temas fundamentais da ciência terminológica, sem se perder em grandes considerações teóricas, mas fornecendo, acima de tudo, meios concretos para a resolução dos diferentes problemas abordados. Tal não impede, porém, que a parte relativa à automatização do trabalho terminográfico não devesse ser alvo de algum desenvolvimento em futuras edições.

A obra em análise apresenta, portanto, um inestimável manancial de informação e de indicações preciosas a todos quantos pretendam iniciar qualquer actividade terminográfica concreta, bem como a todos quantos se envolvam em programas de formação de lexicólogos e lexicógrafos em geral e de terminólogos e terminógrafos em particular, quer na qualidade de docentes, quer na qualidade de discentes.

*Margarita Correia* (Universidade de Lisboa SILEX-UMR CNRS)